

**ATA NÚMERO 194/XII/2.<sup>a</sup> SL**

Aos 10 dias do mês de julho de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 132/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo. [conjunta com a Comissão de Economia e Obras Públicas]
2. Apreciação e votação da ata n.º 192, referente à reunião de 3 de julho.
3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.
4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 150/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro.
5. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 429/XII/2.<sup>a</sup> (PS) – Incentivos à capitalização das empresas.
6. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 153/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Carlos Silva e Sousa (PSD).
7. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 154/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.

Autora do parecer: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).

8. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 119/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 103/97, de 13 de setembro, que estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas.
9. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 145/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas.
10. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 771/XII/2.<sup>a</sup> (PS) – Recomenda ao Governo a criação de uma conta-corrente entre o Estado e as empresas.
11. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 773/XII/2.<sup>a</sup> (PS) – Recomenda ao Governo ampliação do tipo de garantias aceites pela Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito do pedido de reembolso de IVA e atualização da taxa de juros indemnizatórios a pagar pelo Estado.
12. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 774/XII/2.<sup>a</sup> (PS) – Recomenda ao Governo o pagamento das dívidas do Estado às PME através da criação de um sistema de confirming.
13. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 194/XII/2.<sup>a</sup> – Solicita que seja revista a atual legislação no sentido de serem alteradas as datas de pagamento por conta do IRS.

Relatora: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS)

14. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 213/XII/2.<sup>a</sup> – Pretendem que a licenciatura em solicitadoria seja equiparada à licenciatura em direito para efeitos de admissão à função pública.

Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS)

15. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 251/XII/2.<sup>a</sup> – Solicitam à Assembleia da República que promova diligências quanto à atuação da Autoridade Tributária e Aduaneira, nomeadamente no âmbito do Código de Procedimento e Processo Tributário.

Relator: Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

16. Apreciação e votação do Requerimento do BE com vista à audição, com carácter de urgência, do Governador do Banco de Portugal para prestar informações sobre a opinião veiculada relativa ao falhanço do programa de ajustamento português.
17. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a uma delegação da Grande Assembleia Nacional da Turquia, à Comissão de Trabalhadores do IFAP e um conjunto de Trabalhadores do IFAP, à AHRESP – Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, ao Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF, à Comissão de Trabalhadores em Licença Extraordinária, à Associação dos Profissionais Licenciados de Optometria, ao Sindicato Nacional do Ensino Superior, e à FENPROF e Outras Organizações Sindicais.
18. Outros assuntos.

---

**1. Audição do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 132/XII/2.ª (GOV) - Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo. [conjunta com a Comissão de Economia e Obras Públicas]**

O Senhor Presidente deu as boas-vindas às Senhoras e Senhores Deputados das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Economia e Obras Públicas, bem como ao Senhor Secretário da Administração Pública, enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 132/XII/2.ª \(GOV\)](#) – Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo. O Senhor Presidente deu, ainda, nota dos [trabalhos desenvolvidos](#) por ambas as Comissões em sede de apreciação, na especialidade, da presente iniciativa, que se concluíam com a audição do Governo. De seguida, deu a palavra ao Senhor Secretário de Estado, que efetuou uma intervenção inicial.

No âmbito da primeira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Eduardo Cabrita (PS), Paulo Batista Santos (PSD), Helder Amaral (CDS-PP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado respondido, individualmente, às questões suscitadas.

Em sede da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Afonso Oliveira (PSD) e Helder Amaral (CDS-PP), tendo o Senhor Secretário de Estado respondido, em conjunto, às questões colocadas, após o que, não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

**2. Apreciação e votação da ata n.º 192, referente à reunião de 3 de julho.**

A [ata n.º 192](#), referente à reunião de 3 de julho, foi aprovada por unanimidade.

**3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª (GOV) – Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado, tendo sido debatida, entre outros aspetos, a interligação da iniciativa com a Proposta de Lei n.º 122/XII/2.ª (GOV) – “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”, igualmente em apreciação na Assembleia da República.

**4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 150/XII/2.ª (GOV) – Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro.**

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) solicitou o adiamento da apreciação do presente ponto da Ordem do Dia.

**5. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 429/XII/2.ª (PS) – Incentivos à capitalização das empresas.**

O Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD) solicitou o adiamento da apreciação do presente ponto da Ordem do Dia, tendo sido igualmente fixado como novo prazo para apresentação de propostas de alteração as 18h do dia 15 de julho.

**6. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 153/XII/2.ª (GOV) – Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Carlos Silva e Sousa (PSD).**

- 7. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 154/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.**

**Autora do parecer: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).**

[os pontos 6 e 7 da Ordem do Dia foram apreciados em conjunto]

O Senhor Deputado Carlos Silva e Sousa (PSD) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 153/XII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), sublinhando os diversos contributos remetidos à Comissão em sede de apreciação pública da iniciativa.

Por seu turno, a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 154/XII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), recordando igualmente a apreciação pública da iniciativa.

Em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE) e Honório Novo (PCP), dando conta do voto contra os pareceres não pelo conteúdo, mas pelas iniciativas políticas em questão. Deste modo, os pareceres foram votados, individualmente, tendo merecido os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e os votos contra de PCP e BE.

- 8. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 119/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 103/97, de 13 de setembro, que estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas.**

Nos termos previstos no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a redação final foi fixada por unanimidade, tendo a Comissão aceite as sugestões constantes da Informação n.º 141/DAPLEN/2013, com exceção da alteração proposta ao n.º 3 do artigo 6.º da alteração à Lei n.º 103/97, de 13 de setembro. Sobre esta matéria, o Senhor Deputado Nuno Serra (PSD) recordou estar a redação conforme às novas regras do sistema de normalização contabilística.

- 9. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 145/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas.**

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Analogamente, e de acordo com o estatuído no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a redação final foi fixada por unanimidade, tendo a Comissão aceite as sugestões constantes da Informação n.º 146/DAPLEN/2013, tendo ainda deliberado, por consenso, dar seguimento à sugestão da DAPLEN quanto ao n.º 11 do artigo 3.º, por coerência com o restante articulado do diploma.

**10. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 771/XII/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo a criação de uma conta-corrente entre o Estado e as empresas.**

De acordo com o estatuído no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a redação final foi fixada por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

**11. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 773/XII/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo ampliação do tipo de garantias aceites pela Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito do pedido de reembolso de IVA e atualização da taxa de juros indemnizatórios a pagar pelo Estado.**

De acordo com o estatuído no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a redação final foi fixada por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

**12. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 774/XII/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo o pagamento das dívidas do Estado às PME através da criação de um sistema de confirming.**

De acordo com o estatuído no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a redação final foi fixada por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

**13. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 194/XII/2.ª – Solicita que seja revista a atual legislação no sentido de serem alteradas as datas de pagamento por conta do IRS.**

**Relatora: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).**

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) solicitou o adiamento do presente ponto da Ordem do Dia para a reunião seguinte da Comissão.

**14. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 213/XII/2.ª – Pretendem que a licenciatura em solicitadoria seja equiparada à licenciatura em direito para efeitos de admissão à função pública.**

**Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS)**

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) solicitou o adiamento do presente ponto da Ordem do Dia para a reunião seguinte da Comissão.

**15. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 251/XII/2.<sup>a</sup> – Solicitam à Assembleia da República que promova diligências quanto à atuação da Autoridade Tributária e Aduaneira, nomeadamente no âmbito do Código de Procedimento e Processo Tributário.**

**Relator: Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD).**

O Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) solicitou o adiamento do presente ponto da Ordem do Dia para a reunião seguinte da Comissão.

**16. Apreciação e votação do Requerimento do BE com vista à audição, com caráter de urgência, do Governador do Banco de Portugal para prestar informações sobre a opinião veiculada relativa ao falhanço do programa de ajustamento português**

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou o requerimento, dando conta da sua fundamentação, após o que intervieram, em sede de debate, os Senhores Deputados Pedro Marques (PS), Duarte Pacheco (PSD) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), tendo os últimos solicitado o adiamento da votação.

**17. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a uma delegação da Grande Assembleia Nacional da Turquia, à Comissão de Trabalhadores do IFAP e um conjunto de Trabalhadores do IFAP, à AHRESP – Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, ao Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF, à Comissão de Trabalhadores em Licença Extraordinária, à Associação dos Profissionais Licenciados de Optometria, ao Sindicato Nacional do Ensino Superior, e à FENPROF e Outras Organizações Sindicais.**

O Senhor Vice-Presidente deu conta das [audiências](#) concedidas a diferentes entidades, diversas das quais a propósito de iniciativas legislativas em apreciação na Comissão.

**18. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente deu conta da distribuição à Comissão da [Proposta de Lei n.º 163/XII/2.<sup>a</sup> \(ALRAA\)](#) – “Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional”, relativamente à qual foi pedido o processo de urgência, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cabendo à Comissão a elaboração de parecer fundamentado sobre o referido pedido, no prazo de 48 horas, de acordo com o estatuído no Regimento. Cabendo ao Grupo Parlamentar do PSD a elaboração de parecer, foi indicada a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).



## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Foi, ainda, fixada a terça-feira, 16 de julho (pelas 15h), como data limite para apresentação de propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 132/XII/2.<sup>a</sup> (GOV), com vista à subsequente discussão e votação, na especialidade, indicativamente agendada para dia 17.

Enfim, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou a realização de uma reunião da Comissão na sexta-feira, 12 de julho, de tarde, com vista à preparação da apreciação, na especialidade, das Proposta de Lei n.º 153/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) e n.º 154/XII/2.<sup>a</sup> (GOV).

A reunião foi encerrada pelas 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2013

**O PRESIDENTE,**  
**EDUARDO CABRITA**





Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Medina  
Fernando Virgílio Macedo  
Honório Novo  
Isabel Santos  
João Galamba  
João Pinho de Almeida  
José de Matos Rosa  
Miguel Frasquilho  
Paulo Batista Santos  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Jesus Marques  
Sónia Fertuzinhos  
Artur Rêgo  
Carlos Silva e Sousa  
Jorge Paulo Oliveira  
Nuno Serra  
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis  
Pedro Nuno Santos